

Um corpo em ruínas ou o estigma da prostituição, em *O voo da guará vermelha*, de Maria Valéria Rezende

A Body in Ruins or the Stigma of Prostitution in O voo da guará vermelha, by Maria Valéria Rezende

Juliane de Sousa Elesbão

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Fortaleza | CE | BR

julianeelsbao@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3406-6676>

Resumo: Este artigo analisa a ruína de um corpo feminino estigmatizado pelas marcas da prostituição, a partir da personagem Irene, do romance *O voo da guará vermelha* (2005), de Maria Valéria Rezende. O estudo investiga de que modo as imposições sociais e as violências simbólicas incididas sobre esse corpo marginalizado são interiorizadas pela personagem, resultando na supressão de sua subjetividade e, especialmente, de sua dimensão afetiva. Para tanto, esta pesquisa adota como método a análise crítico-interpretativa da narrativa literária, fundamentada em aportes teóricos dos estudos de gênero, do corpo e do estigma, com base em autores como Erving Goffman (1988), Elódia Xavier (2007), Simone de Beauvoir (2009), Judith Butler (2017; 2019) e Pierre Bourdieu (2017). A análise, então, evidencia que a exploração sexual e os discursos normativos sobre o corpo feminino operam como mecanismos de controle que produzem apagamentos simbólicos e afetivos na constituição da personagem. Conclui-se, portanto, que a obra de Maria Valéria Rezende tensiona tais discursos ao expor os efeitos da violência estrutural sobre o corpo feminino, contribuindo para os estudos críticos acerca da representação da mulher na literatura contemporânea escrita por mulheres.

Palavras-chave: corpo feminino; estigma; prostituição; literatura brasileira contemporânea.

Abstract: This article analyses the ruin of a female body stigmatized by the marks of prostitution, as represented through the character Irene in the novel *O voo da guará vermelha* (2005), by Maria Valéria Rezende. The study investigates how the social impositions and the



symbolic forms of violence exerted upon this marginalized body are internalized by the character, leading to the suppression of her subjectivity and, most notably, of her affective dimension. To this end, the research adopts a critical and interpretative analysis of the literary narrative, grounded in theoretical contributions from gender studies, body studies, and stigma theories, drawing on authors such as Erving Goffman (1988), Elódia Xavier (2007), Simone Beauvoir (2009), Judith Butler (2017;2019) and Pierre Bourdieu (2017). The analysis demonstrates that sexual exploitation and normative discourses surrounding the female body function as mechanisms of control that produces symbolic and affective erasures in the constitution of the character. It is therefore concluded that Maria Valéria Rezende's work call these discourses into question by exposing the effects of structure violence on the female body, thereby contributing to critical studies on the representation of women in contemporary literature written by women.

Keywords: female body; stigma; prostitution; contemporary brazilian literature.

1 Considerações iniciais

É sabido que o corpo feminino foi e continua sendo mira de especulações, objetificação, restrições, estigmatizações, além de outras violências simbólicas. Mais do que um dado biológico, esse corpo constitui-se como um espaço de inscrição de discursos normativos, atravessado por relações históricas de poder que definem quais existências são legitimadas e quais são relegadas à marginalidade. Partindo dessa perspectiva, este artigo propõe analisar de que modo se constrói a imagem de um corpo feminino em ruínas, estigmatizado, sobretudo, pelas marcas da prostituição, a partir da personagem Irene, do romance *O voo da guará vermelha* (2005), de Maria Valéria Rezende.

É de ciência de muitos que, inserida em um sistema patriarcal – compreendido aqui como um conjunto de práticas simbólicas e materiais que organizam a vida social a partir da centralidade do masculino –, a figura feminina historicamente sofreu e sofre opressões cotidianas e processos contínuos de etiquetamento, sobretudo quando se trata do seu corpo. Nesse contexto, o corpo feminino foi transformado em um dos principais dispositivos de controle social, funcionando como critério de distinção moral e de hierarquização entre mulheres “aceitáveis” e mulheres “desviantes”. Diante desse cenário, a questão biológica, física e sexual desse corpo passou, assim, a operar como instrumento de dominação, legitimando a ocupação desigual dos espaços sociais por homens e mulheres em uma cultura que toma o masculino como norma universal.

Tal lógica se sustenta, historicamente, na construção simbólica da mulher como um ser associado à passividade, à concavidade e à incompletude, visto que:

A mulher é um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade. Por sua anatomia. Mas também por sua biologia. Seus humores – a água, o sangue (o sangue impuro), o leite – não têm o mesmo poder criador que o esperma, elas são apenas nutrizes [...] (Perrot, 2016, p. 63).

Em síntese, a mulher – e tudo o que a ela se vincula – foi, considerando o ponto de vista histórico, pensada a partir de valores masculinos, pois “[ela] aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade” (Beauvoir, 2009, p. 18). Sob essa perspectiva, o corpo feminino foi subjugado como “um obstáculo, uma prisão”, especialmente se considerarmos que em todo o século XIX e em boa parte do século XX era socialmente inadequado que a mulher falasse sobre o próprio corpo, visto que a este estava vinculada a noção de honra feminina, delineada pelo recato, pela submissão e pelo silêncio. Em outras palavras: “As mulheres não falav[am], não dev[iam] falar dele. O pudor que encobr[ia] seus membros ou lhes cerra[va] os lábios era a própria marca da feminilidade” (Perrot, 2016, p. 13).

A partir de tais princípios, no âmbito da vida privada, atribuiu-se ao corpo feminino um caráter ambíguo, derivando uma hierarquia moral: por um lado, ele funcionava como capital simbólico na manutenção de certo *status*, representado pelas mães, esposas e filhas; por outro, operava como reforço da virilidade masculina, sendo explorado nos corpos das amantes e prostitutas – o lugar do excesso, da ameaça e da transgressão –, cuja estigmatização histórica remonta, em grande medida, ao período medieval, na Europa, quando o domínio religioso da Igreja Católica impunha rígidas formas de conduta às mulheres, principalmente de cunho social, associando a virgindade à virtude a ser preservada e a sexualidade dissidente do pecado.

Desse modo, o corpo feminino foi condicionado a servir à moralidade patriarcal, regulado por normas que estabelecem a separação entre mulheres “virtuosas” (associadas ao lar, à maternidade e à submissão sexual) e mulheres “desviantes” (ligadas à sexualidade pública ou não normativa). A prostituta, ao transacionar a sexualidade fora das instituições legitimadas, como o casamento, rompe com os mecanismos tradicionais de controle do corpo feminino, passando a ser percebida como um corpo “público”, “disponível” e, portanto, passível de punição simbólica por que contrasta com o ideal feminino de pureza e castidade. Essa transgressão faz da prostituição um ponto sensível de tensão social, no qual se projetam medos, interditos e estratégias de disciplinamento do feminino. Em outras palavras, ao se apropriar de sua sexualidade em troca de dinheiro, ela desafia as normas de passividade e docilidade impostas às mulheres, e isso gera uma reação social negativa, que busca controlar ou reprimir seu corpo.

Nesse sentido, a prostituta foi associada à figura da pecadora, legado que ainda hoje sustenta sua inferiorização social, já que o exercício da prostituição permanece sendo compreendido como um desvio de comportamento, fazendo que o corpo que o exerce carregue sobre si a marca da mercantilização do sexo, bem como os juízos morais e religiosos que são aí “infringidas”, reforçando os processos estigmatizantes que o afetam. Sendo assim, podemos considerar que:

[...] está longe o dia em que a venda do sexo não será entendida como um ato sujo, feio, profano, pecador, imoral, mundano e danoso à ordem social. As marcas que a sociedade produziu para caracterizar o ato sexual que resulta em pagamento demonstram perfeitamente como as prostitutas são entendidas. Os estigmas são

diversos, alguns são até evitados em nossa comunicação diária, mas revelam com acuidade o imaginário social e o processo de estigmatização por que passam as prostitutas (Barros, 2005, s. p.).

Como observa Barros (2005), os estigmas atribuídos à prostituição revelam com precisão o imaginário social que a cerca, marcado por termos e representações que a vinculam à sujeira, ao pecado e à desordem moral. Diante disso, fica evidente a condição de vulnerabilidade – social, econômica, simbólica e subjetiva – em que essas mulheres se encontram, e o corpo da mulher prostituta passa a funcionar como um signo da decadência feminina, o que contribui para sua exclusão e marginalização. Não por acaso, a prostituição feminina figura como tema recorrente tanto em estudos sociológicos, antropológicos, históricos quanto na literatura, que frequentemente representou essa personagem sob o olhar masculino, como em Manon Lescaut – em *História do cavaleiro de Griefux* (1734), de Abade Prévost –, Marguerite Gautier – de *A dama das Camélias* (1848), de Alexandre Dumas – e Lúcia – em *Lucíola* (1862), de José de Alencar.

Na contemporaneidade, contudo, observa-se uma inflexão significativa nesse paradigma, impulsionada pelas lutas feministas e pela consolidação da literatura de autoria feminina. Escritoras passam a reinscrever essas figuras marginalizadas a partir de um olhar crítico, comprometido com a problematização das identidades femininas e com a ruptura de estereótipos cristalizados. Nesse cenário, a escrita de Maria Valéria Rezende destaca-se por construir narrativas sensíveis às desigualdades sociais e às formas de exclusão que atravessam os corpos femininos.

Assim, partindo de tais pressupostos, este artigo analisa de que modo se configura a ruína de um corpo feminino estigmatizado pelas marcas da prostituição, a partir da personagem Irene, do romance *O voo da guará vermelha*. Busca-se, então, compreender como as imposições sociais e os discursos normativos sobre o corpo são internalizados pela personagem, produzindo processos de autovigilância, resignação e apagamento subjetivo. Ao evidenciar tais mecanismos, pretende-se contribuir para os estudos críticos sobre a representação do corpo feminino na literatura contemporânea de autoria feminina, ressaltando a potência política e estética da escrita de Maria Valéria Rezende.

2 A ruína de um corpo e a prostituição em *O voo da guará vermelha*

O romance de Maria Valéria Rezende gira em torno de dois personagens centrais na narrativa: Rosário e Irene. Ele, pedreiro, inicialmente inominado, revela-se como um sujeito atravessado por uma “fome de palavras, de sentimentos e de gentes”; ela, uma prostituta aidética, cansada e exaurida, constantemente a ser advertida pela assistente social a “deix[ar] essa vida”. A autora constrói, assim, uma narrativa que articula exclusões múltiplas – sociais, econômicas e simbólicas –, embora seja sobre o corpo feminino que tais exclusões incidam de forma mais violenta e persistente.

Embora ambos os personagens ocupem posições subalternas na estrutura social, a experiência da marginalidade não se distribui de maneira equânime entre eles. Enquanto Rosário ainda preserva a possibilidade do desejo, da imaginação e da linguagem como formas de resistência, Irene carrega no corpo os signos de uma exclusão radical, que lhe limita não apenas as condições materiais de existência, mas também a legitimidade de sentir, desejar e projetar um futuro. É a partir dessa assimetria que a prostituição emerge como eixo central da ruína corporal e subjetiva da personagem feminina.

A noção de estigma, fundamental para a leitura aqui proposta, é introduzida pela própria voz de Irene e se articula de maneira decisiva à sua autopercepção. É necessário, antes, destacar que o conceito de estigma, já citado aqui algumas vezes, é amplamente discutido nas ciências sociais, especialmente após as contribuições de sociólogos como Erving Goffman, que foi uma das principais figuras a desenvolver uma análise mais profunda sobre o tema. Em seu livro *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, publicado em 1981, Goffman define o referido conceito como uma marca ou rótulo que é atribuído a um indivíduo ou grupo, causando desvalorização e discriminação social, o que separa a pessoa ou grupo estigmatizado de outros, criando uma identidade depreciada, muitas vezes, baseada em características físicas, comportamentais ou sociais, o que pode constituir “uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (Goffman, 1988, p. 6). Para elaborar sua análise em torno do termo, o autor resgatou da Grécia antiga a informação de que a palavra estigma era utilizada para referir-se a marcas corporais, geralmente feitas com ferro, que identificavam escravos, criminosos ou traidores. Estas marcas indicavam que a pessoa portadora do estigma devia ser evitada ou tratada de forma inferior. Hoje, o conceito mantém essa essência de exclusão e desvalorização, mas é aplicado de maneira simbólica, englobando não apenas aspectos físicos, mas também morais e sociais.

Sob o jugo dessa estigmatização, Irene apresenta uma imagem de si mesma não apenas como um rótulo externo imposto pela sociedade, mas como um dispositivo internalizado, que orienta sua maneira de perceber a si mesma e de interpretar suas relações com os outros, o que reflete o fato de que “os dominados [passam] a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (Bourdieu, 2017, p. 64). Assim, Irene incorpora o olhar social que a reduz à condição de objeto, legitimando, ainda que de forma inconsciente, a própria exclusão, o que de certa forma corresponde ao que é destacado por Goffman:

[...] os padrões que ele [o estigmatizado] incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser [...] (Goffman, 1988, p. 10).

A citação acima evidencia o caráter profundamente internalizado do estigma, deslocando-o de uma marca exclusivamente externa – imposta pelo olhar social – para uma dimensão subjetiva, na qual o próprio indivíduo passa a assimilar e reproduzir os critérios normativos que o desqualificam. Ao afirmar que o estigmatizado incorpora os padrões da “sociedade maior”, Goffman chama atenção para o processo pelo qual normas hegemônicas de normalidade e valor humano são naturalizadas, tornando-se parâmetros íntimos de auto-avaliação. Trata-se, desse modo, de um efeito particularmente perverso: a dominação não precisa ser continuamente reafirmada de fora, uma vez que passa a agir de dentro, por meio da culpa, da vergonha e da autodesqualificação. Mesmo que essa concordância com o olhar estigmatizante ocorra “em alguns poucos momentos”, ela é suficiente para fragilizar a identidade do sujeito e instaurar uma tensão permanente entre quem ele é e quem acredita que deveria ser. Isso se comporta como uma forma de violência simbólica, pois induz o sujeito a reconhecer-se como “abaixo do que realmente deveria ser”.

Desde as primeiras páginas do romance, a narrativa inscreve no corpo já em ruínas da personagem os sinais dessa violência, quando o narrador já anuncia uma “Irene, cansada, can-

sada”, de riso “amargo e torto, com uma banda só da boca para não deixar ver a falha dos dentes da outra banda” (Rezende, 2014, p. 11). Essas marcas físicas funcionam como índices visíveis de uma deterioração mais profunda, que não se restringe ao plano biológico, mas alcança a dimensão simbólica e afetiva da existência. Além disso, o corpo, aqui, não é apenas suporte da narrativa, mas lugar de inscrição das desigualdades sociais, conforme aponta Elizabeth Grosz (2000), ao compreender o corpo como espaço atravessado por forças políticas, culturais e históricas.

Acresça-se, ainda, que a concepção estigmatizada da prostituição que a protagonista tem sobre si só reforça a invisibilidade em que ela se encontra e parece, até mesmo, amputar-lhe o direito de instigar um interesse afetivo e sincero em alguém:

Irene chora, sozinha, quem disse que um homem bom, quando aparece, demora?, com certeza ele tem dona ou queria alguma coisa que não encontrou aqui, desistiu de procurar e foi-se embora para sempre? Um homem assim tão bonito, com aqueles olhos cor d'água e um corpo forte e bem-feito, da cor da terra molhada, não podia ser para ela, bem sabe [...] (Rezende, 2014, p. 35).

Como se vê na citação anterior, a vulnerabilidade da protagonista se manifesta não apenas no aspecto social, mas, especialmente, no subjetivo, o que a leva a questionar a presença de Rosário em seu caminho e a considerar-se indigna para ser desejada e amada. A prostituição, inclusive, figura como a matriz dessas concepções autodepreciativas que Irene tem de si, funcionando como catalisadora da ruína corporal e subjetiva da personagem, “de seu corpo maltratado, que vende para quem precisa, mas não tem como pagar por uma carne sadia”, “um caco de mulher triste”, uma “puta acabada” (Rezende, 2014, p. 60), incapaz de garantir qualquer forma de dignidade, induzindo-a a sua aniquilação enquanto sujeito: “que não sou nada, mais nada”, ou seja, a repetição desses qualificativos revela um processo de aniquilação simbólica, no qual a personagem se reconhece como “nada”, reduzida à pura materialidade de um corpo explorável. É válido observar tais marcas em seu corpo apontadas aqui, haja vista que este “deve ser visto como um lugar de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas” (Grosz, 2000, p. 84), e a objetificação desse corpo, representado na obra como uma mercadoria, é elemento fundamental para a anulação subjetiva entoada no brado da personagem em questão.

Inserida em um contexto que lhe oferece poucas alternativas de existência, Irene traz em seu corpo as marcas da subalternidade, que não apenas revela a sua profissão, mas que também aponta para uma hierarquia social, a qual impele o subalterno a ocupar um ínfimo espaço. Vale acrescentar que a estigmatização acentua tal impasse, pois ela provoca discriminação, preconceito e marginalização. A estigmatização, nesse sentido, intensifica a desigualdade, pois legitima a violência, o abuso e a exploração como práticas socialmente toleráveis quando dirigidas a corpos considerados descartáveis. Por isso, que, ao trazer à tona a ruína de seu corpo, Irene o assume com certa resignação, com insegurança, e esse conformismo é quem lhe garante, a seu ver, a sobrevivência, embora, ao mesmo tempo:

No começo acontecia, quando ela ainda não sabia avaliar um freguês, quase tudo ignorava quando se meteu na vida, desconhecia estranhezas e bizarrices sem fim que puta feita conhece, à custa de dor aprende, como um dia ela aprendeu, cada vez que apanhava, em pouco tempo aprumava, sem mais sinal de pancada no corpo forte e saudável, ficava só mais esperta pra reconhecer perigo (Rezende, 2014, p. 155).

O romance explicita a lógica da violência tolerável ao narrar episódios de agressão física e sexual sofridos por Irene, apresentados quase como parte natural de sua rotina, como no trecho anterior. Ao recordar o início de sua trajetória na prostituição, a personagem reconhece que aprendeu “à custa de dor”, naturalizando a violência como elemento constitutivo de sua sobrevivência. Tal naturalização evidencia o modo como o estigma atua na produção de sujeitos que aceitam a violência como destino inevitável. Percebe-se que a estigmatização do corpo de Irene e a vulnerabilidade em que ele se encontrava fundamentam-se na desigualdade social, na dinâmica de relações hierárquicas e assimétricas. No caso de Irene, o desajuste da vida de prostituta que levava é marcado pela violência e pela consequente subordinação do seu corpo enquanto propriedade do outro, deste que se coloca num lugar de suposto “poder” que lhe dá o direito de satisfazer sobre aquele corpo a sua agressividade, utilizá-lo sexualmente, apoderar-se desse “objeto”.

Tal fato se dá porque o estigma da prostituição se estrutura no que Grosz ressalta como codificação da feminilidade como corporalidade, visto que:

a opressão patriarcal justifica-se a si mesma, pelo menos em parte, vinculando as mulheres muito mais intimamente aos corpos do que os homens e, através dessa identificação, restringindo os papéis sociais e econômicos das mulheres a termos (pseudo) biológicos (Grosz, 2015, p. 68).

No pensamento misógino, a prostituta passa a ser lida como aquela que encarna de forma excessiva e “desviada” essa associação entre mulher e corpo. Seu corpo não é apenas naturalizado, mas hiperexposto e mercantilizado, o que intensifica o processo de desumanização. Assim, o estigma não recai apenas sobre a prática da prostituição, mas sobre a própria mulher, reduzida a um corpo disponível e dissociado de subjetividade, afeto ou racionalidade. A partir de então, ainda conforme Grosz:

A codificação da feminilidade como corporalidade, de fato, deixa os homens livres para habitar o que eles (falsamente) acreditam ser uma ordem puramente conceitual e, ao mesmo tempo, permite-lhes satisfazer sua (às vezes recusada) necessidade de contato corporal através de seu acesso aos corpos e aos serviços das mulheres (Grosz, 2015, p. 68).

Evidencia-se, então, a assimetria produzida por essa codificação da feminilidade como corpo. Enquanto as mulheres são reduzidas à materialidade corporal, os homens se colocam – ainda que de forma ilusória – como sujeitos da razão, do conceito e da abstração. Assim, o acesso masculino aos corpos e aos serviços das mulheres revela não apenas uma forma de dominação material, mas também um mecanismo simbólico de manutenção do poder, no qual a desumanização e a objetificação do feminino são condições para a reprodução da ordem patriarcal. Tal perspectiva encontra ressonância direta na construção da personagem Irene, sobretudo na forma como o romance explicita a assimetria entre corpo e subjetividade nas relações de gênero. Irene é reiteradamente percebida e tratada a partir de sua materialidade corporal, mais especificamente pelas estruturas sociais que a atravessam, o que a inscreve no espaço da utilidade física e da disponibilidade, em detrimento do reconhecimento de sua interioridade e de sua experiência existencial. Nesse caso, a protagonista não é apenas alguém que serve ou que é usada; ela é convertida em meio, em instrumento para a satisfação

de demandas que não lhe pertencem. Essa dinâmica reforça sua condição de subalternidade, pois sua existência passa a ser legitimada apenas na medida em que atende às carências – afetivas, físicas ou sociais – de outros, sobretudo dos homens.

De forma sutil, Irene reconhece o descaso deste outro com ela, sobretudo pelas coações que experiencia durante sua trajetória, que minam não apenas o seu corpo, mas também a sua subjetividade. Isso ocorre porque, enquanto estigmatizada, a personagem assume “que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente” (Goffman, 1988, p. 7). Por isso, ela assume os estigmas que imperam sobre si, pois, assim como a sociedade estabelece, ela deve carregar esse fardo, e se concebe como um indivíduo inapto para qualquer outra ação, castrando sua própria subjetividade. Esse reconhecimento produz um efeito paralisante sobre a subjetividade da personagem, que passa a limitar seus desejos e expectativas: “para de pensar, mulher, pensa nada, pensa vazio como esta rua” (Rezende, 2014, p. 13). A interrupção do pensamento aparece, aqui, como estratégia de autopreservação, mas também como sinal do apagamento subjetivo; logo: “A prostituta é, imediatamente, transformada em objeto, em mercadoria, posto que só tem a oferecer seu corpo, como produto para ser utilizado, limitando sua vida a isso” (Barberena; Ferrão, 2023, p. 4). Essa objetificação não apenas desumaniza, mas também redefine os contornos do que é considerado uma vida possível.

Pode-se afirmar, então, que a personagem acaba sendo anulada enquanto ser mulher, a considerar o ponto de vista de certas condutas e performances que constituem o modelo do que seria o ideal do ser mulher. No entanto, essa diferença entre o ideal e o real não preexiste nos corpos dos sujeitos para serem reconhecidos, ou seja, não é uma característica intrínseca, natural ou objetiva dos corpos das pessoas. Na verdade, ela é imposta sobre um corpo quando este é relacionado a outro tomado como referência, como possuidor de certo grau de normalidade, isto é, essas diferenças são atribuídas aos corpos dentro de um contexto social e cultural. Aqueles que se afastam desse padrão são estigmatizados, marginalizados, subalternizados, cerceados.

Em meio à desvalorização de si, Irene evidencia as chagas, as marcas, vinculadas à prostituição, as quais a tornaram uma mulher “tão dura, tão desencantada” e que precisam emergir para haver a possibilidade de derrubá-las: “homem dormindo com ela para depois querer ser dono?, sou puta mas não sou besta pra macho nenhum me encilhar!” (Rezende, 2014, p. 41). No entanto, tal lapso de consciência de sua condição não a impede de resignar-se a ser, apenas, um objeto descartável, cujo valor é proporcional ao “aspecto” e à “qualidade” que seu corpo possuía:

Escolhe as roupas guardadas que há muito tempo não usa, que são do tempo em que tinha carnes fartas, coxas grossas, o peito que transbordava para fora do decote, bunda redonda e empinada, todos os dentes na boca, tudo que fazia dela rapariga desejada, podia enjeitar freguês, pedir um preço bem alto que muitos homens pagavam sem sequer regatear, puta de luxo, famosa, não como se encontra agora que, se vestir essa saia florida, azul e encarnada, vai lhe escorrer pelas pernas e se amontoar no chão pois já quase não tem corpo para segurar roupa alguma, só um punhado de ossos, cabide para pano frouxo (Rezende, 2014, p. 125).

Com base no excerto acima, vê-se a protagonista a notar o desgaste que resultou na ruína de seu corpo, em consequência do seu ofício e da doença que a consome pouco a pouco – um corpo em plena deterioração: “ela está tão magrinha!, pele, osso, dor e amor” (Rezende, 2014, p. 124). A ruína do corpo de Irene se intensifica com o avanço da doença, que acentua sua perda de valor no mercado sexual. A personagem compara o corpo do passado – desejado,

jovem, inteiro – ao corpo presente, reduzido a “um punhado de ossos”. O corpo em ruínas, nesse sentido, revela a lógica perversa que sustenta a prostituição: o valor do corpo feminino é diretamente proporcional à sua capacidade de satisfazer o desejo masculino.

Diante disso, só resta a ela continuar a vender-se, embora esteja exaurida: “que bom seria simplesmente deitar-se, dormir, dormir, talvez sonhar, para sempre, talvez, mas amanhã é segunda-feira, o menino, a velha...” (Rezende, 2014, p. 14). Além disso, os estilhaços de sua alma ainda se refletem justamente na ruína de seu corpo estigmatizado e, nesse processo de deterioração, os fragmentos da subjetividade de Irene tornam-se acessíveis sobretudo por meio do olhar de Rosálio: “os olhos da mulher, súplica e esperança, o meio sorriso, ferida aberta no meio da cara” (Rezende, 2014, p.14). Assim, o “eu” de Irene, a sua subjetividade, é evidenciado pelo olhar de Rosálio e pelos momentos em que a voz dela se faz presente quando nos “episódios de fluxo de consciência, [nas] recordações narradas em primeira pessoa e discurso indireto livre” (Barberena; Ferrão, 2023, p. 7). Esses mecanismos permitem à narrativa tensionar a objetificação da personagem, oferecendo ao leitor acesso às fissuras de sua interioridade. Ainda assim, tal acesso é marcado pela dor, pela resignação e pela consciência de uma existência socialmente interdita.

3 Considerações finais

Com base na análise apresentada neste trabalho, constata-se que a estigmatização do corpo da prostituta extrapola o âmbito do julgamento moral, configurando-se como um processo sistemático de desumanização e invisibilização social. Trata-se de um mecanismo que relega esse corpo a uma zona de exclusão simbólica, na qual direitos, afetos e formas legítimas de existência lhe são constantemente negados. Nesse sentido, a prostituta é frequentemente percebida como alguém fora da ordem social, reduzida à condição de corpo disponível e destituído de dignidade.

Tal constatação pode ser fundamentada pelo que afirmou Judith Butler (2017; 2019), quando argumentou que o corpo é uma construção discursiva e socialmente determinada. Para a referida autora, o corpo não é simplesmente um dado biológico que existe de forma neutra e objetiva; ele é constantemente moldado por normas culturais e discursos de poder que regulam a forma como o entendemos, vivemos e experimentamos. O corpo só se torna inteligível – e, portanto, digno de reconhecimento e proteção – quando se conforma às expectativas sociais que regulam gênero, sexualidade e moralidade. Por isso, corpos que escapam a esses enquadramentos, como o da prostituta, tornam-se alvos preferenciais da violência física, simbólica e institucional, cuja recorrência acaba por ser naturalizada. Ademais, a precarização de suas condições de vida e de trabalho é um reflexo dessa marginalização, visto que seu corpo é tratado como algo de segunda classe, não digno da proteção que outras mulheres recebem. Ao ser desumanizado, este mesmo corpo é colocado em um lugar de vulnerabilidade extrema, no qual o abuso e a exploração se tornam cotidianos.

Tais questões atravessam de modo contundente a trajetória da personagem Irene, em *O voo da guará vermelha*, e se revelam como chagas que arruinam o corpo da personagem, a qual se coloca num lugar de resignação frente ao fardo que julga merecer, assumindo também o olhar social enviesado sobre ela. Retomando Butler (2017; 2019), o corpo é lido e interpretado dentro de um contexto social que define o que é considerado “normal”, “desejável” ou “anômalo”. A materialidade corporal, portanto, não existe à margem dessas normas; ao contrário, é por elas moldada e interpretada. Por isso, ao estigmatizar e marginalizar a prostituta,

a sociedade reforça o poder patriarcal sobre todas as mulheres, utilizando a prostituição como um símbolo disciplinador, uma advertência sobre as consequências de transgredir as normas de gênero estabelecidas. Na obra de Maria Valéria Rezende, Irene emerge como representação da autovigilância feminina diante dos cerceamentos sociais que lhe são impostos. A ela não é concedido o direito à felicidade plena, pois a miséria material, a doença que consome seu corpo e a violência que sofre reiteradamente funcionam como dispositivos de contenção de qualquer projeto de vida possível. A cena em que a personagem se desfaz sob a água do chuveiro – “a onda de dor no corpo, na alma, nela inteirinha dissolve e derrama Irene no piso frio e rachado sob a água do chuveiro” (Rezende, 2014, p. 156) – sintetiza essa condição de extrema vulnerabilidade, na qual corpo e subjetividade se confundem na experiência da dor.

Ainda assim, a autora constrói a narrativa com uma sensibilidade que não anula por completo o desejo de viver da personagem. Mesmo diante da ruína física e da iminência da morte, Irene insiste em desejar o amor, gesto que tensiona a lógica social que lhe nega humanidade. Lançando mão de uma sensibilidade ao mesmo tempo triste e violenta, a autora não se isenta de cumprir o que se profetiza no título da obra: a guará vermelha alçou voo, embora seu corpo não pudesse ser curado, sobretudo pelos efeitos terríveis que a AIDS havia produzido sobre seu físico e pela violência perpetrada pelo último cliente que a possuía, o que ainda não a impediu de desejar viver mesmo na iminência de morrer: “pode, sim, Irene pode desejar viver de amor, quanto mais lhe doem os golpes dos pés do homem tarado” (Rezende, 2014, p. 156). Dessa forma, a morte do seu corpo arruinado e estigmatizado desmascara a exclusão vivida e as malhas sociais que a enredavam, que imprimiam sobre a protagonista a visão negativa por conta da prostituição exercida como forma de sobrevivência, anulando, até certo ponto, a sua subjetividade e reforçando sua desumanização.

Por fim, cabe enaltecer o modo como Maria Valéria Rezende ressignifica o corpo feminino estigmatizado, construindo uma narrativa que desafia as representações tradicionais do corpo na literatura, que muitas vezes reduzem o corpo feminino a um objeto de desejo ou de reprodução. Ao apresentar uma personagem cujo corpo está em ruínas, a autora rompe com estereótipos que associam a prostituta exclusivamente ao erotismo, à sedução ou à idealização romântica. Em diálogo com as reflexões tecidas pela professora Elódia Xavier (2007) sobre o corpo na literatura de autoria feminina, percebe-se que *O voo da guará vermelha* propõe novos modos de representar a experiência feminina, deslocando o corpo do lugar de objeto para o de campo de disputa simbólica. Segundo Xavier, as narrativas literárias femininas criam novos discursos sobre o corpo, oferecendo novos olhares sobre o corpo e a experiência feminina, fugindo de estereótipos simplistas. E é isso que Rezende faz ao apresentar, por exemplo, uma prostituta de corpo deteriorado, em ruína, rompendo com certa expectativa ou paradigma que se tem a respeito dessa figura. Por isso, se faz tão necessária a leitura e a análise crítica sobre a escrita de autoria feminina, cujo potencial se revela como fonte de novos significados e possibilidades para as mulheres.

Referências

BARBERENA, Ricardo Araújo; FERRÃO, Ana Carolina Schmidt. O desembrulhar das asas da guará vermelha: estereótipo e subjetividade em Maria Valéria Rezende. *Letras de hoje*, v. 54, n. 1, p. 1-13, jan-dez 2023. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/fale/article/view/45277>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BARROS, Lúcio Alves de. Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. *Jus Navigandi*, 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7356/mariposas-que-trabalham> . Acesso em: 10 jul. 2024.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 edições, 2019.

COFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Mathias Lambert. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, p. 45-86, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrreal. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.